

Vera Karam de Chueiri\*

Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, professor Zaki Akel Sobrinho;

Excelentíssimo Vice-Reitor, professor Rogério Mulinari;

Excelentíssimas autoridades acadêmicas aqui presentes, pró-reitoras e pró-reitores, diretoras e diretores de setor;

Excelentíssimas autoridades institucionais que eu cumprimento na pessoa do querido Miguel Godoy, aqui representando o Ministro do STF, Luiz Edson Fachin;

Ilustríssimo Presidente da OAB Paraná, advogado José Augusto de Noronha;

Caríssimo Diretor da Faculdade de Direito do Setor de Ciências Jurídicas, do período 2008-2016, professor Ricardo Marcelo Fonseca;

Caríssima Vice-Diretora, professora Maria Cândida Pires Vieira do Amaral Kroetz;

Ilustríssimo Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito, professor Luís Fernando Lopes Pereira;

Ilustríssimo Coordenador do Curso de Graduação em Direito, professor André Peixoto;

Ilustríssimas e ilustríssimos representantes do Centro Acadêmico Hugo Simas, e demais coletivos estudantis;

Caríssimos professores e professoras aqui presentes, que eu cumprimento na pessoa do Professor Titular José Antonio Peres Gediel;

Caríssimas e caríssimos estudantes dos nossos Programas de Graduação e Pós-Graduação;

Caríssimas e caríssimos servidores técnico-administrativos aqui presentes, que eu cumprimento na pessoa da secretária do Setor, Jane do Rocio Kiatkoski;

Queridas amigas e amigos aqui presentes, que eu cumprimento na pessoa da professora Katya Kozicki;

Meus familiares queridos, que eu cumprimento nas pessoas das minhas irmãs Eliane e Silvia; Senhoras e senhores.

A missão parece impossível, mas a demissão mais ainda. Aliás, como pensar nossas possibilidades senão a partir das nossas impossibilidades? Aporias, paradoxos, contradições, eis o que do pensamento ocidental sorvi, me intoxiquei e por isso consegui respirar, eis o que me coloca

---

\* Professora do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR (Curitiba, PR, Brasil). Discurso de posse do cargo de Diretora da Faculdade de Direito da UFPR, em cerimônia ocorrida no dia 1º de agosto de 2016, no Salão Nobre do Prédio Histórico da UFPR.

diante do desafio – delícia e dor – desta empreitada à frente da Faculdade de Direito da UFPR. E se não fosse assim não seria eu, e se não fosse assim não valeria a pena. Mas dirigir, conduzir, dar o rumo não é – como de fato não tem sido nos últimos tempos nesta Faculdade de Direito – tarefa individual, mas, sim, coletiva e plural, que impõe reflexões e práticas deliberativas que nos comprometem radicalmente com a forma e a matéria democrática.

E não poderia ser diferente no espaço e tempo dessa centenária Faculdade de Direito e sua história na cidade de Curitiba, no estado do Paraná e na Federação brasileira. Quero dizer que hoje, esse especial momento, nesse especial espaço, se flexionam passado e futuro, isto é, é o tempo que se contrai a conjugar memória e esperança, passado e futuro, plenitude e falta, origem e fim. A captura de *kairós* como um contraído e abreviado *chronos*. Assim, somos reenviados a mais de um século atrás, à fundação da Universidade do Paraná e nela a Faculdade de Direito, ao mesmo tempo em que somos chamados para o futuro e, neste, os próximos quatro anos.

Pois bem, queremos olhar para o futuro e ter a capacidade de fazer promessas, mas isso só é possível porque temos um passado em que nesse espaço se defendeu a liberdade quando a regra era a sua privação, quando se enfrentou o arbítrio quando o mais fácil era capitular, quando se lutou pela democracia quando a ordem era ceder. Esta tomada reflexiva e crítica do passado nos ajuda a não repeti-lo e ousa esboçar outra história de forma a reinventar o presente. Em um momento tão sensível da nossa história republicana e nem tão sempre democrática é preciso fazer, cotidianamente, esse movimento do tempo, pesquisar o passado, exercitar a memória para poder projetar o futuro e agir no presente para a radical defesa do Estado Democrático de Direito.

Isso demanda coragem, mas não só. Sensibilidade e delicadeza devem estar nessa conjugação de tempo e espaço para dirigir, dar os rumos, conduzir a Faculdade. Coragem, sensibilidade e delicadeza não são atributos da racionalidade burocrática que impera em nossas instituições, entre elas, a universidade. Ao contrário, o que foge da ordem do calculável, da régua racional-burocrática, das escolhas racionais é visto com bastante desconfiança. Entretanto, creio que possamos inovar as instituições existentes e redesenhá-las com algum experimentalismo. Como diz um dos mais prestigiados professores da Escola de Direito de Harvard, o brasileiro Mangabeira Unger, precisamos reinventar as instituições, de maneira que elas estejam mais abertas às suas próprias revisões e, ao fazê-lo, podemos aprofundar a democracia em nossa sociedade. Isso não significa renunciar às formas, aos procedimentos, às regras, ao esforço argumentativo do diálogo e da deliberação; ao contrário, significa fazer alguma coisa com essa racionalidade, comprometendo-a com uma universidade e com uma faculdade de direito que estão fincadas em determinado contexto, isto é, na sociedade brasileira do século XXI, na esfera pública estatal, na concretude do seu cotidiano

de enfrentamentos, dificuldades, disputas, e na reconstrução permanente da sua identidade.

Por falar em identidade, é oportuno lembrar que a cidade de Curitiba escolheu ser identificada pela Universidade Federal do Paraná; em particular, por este prédio histórico, cujas colunas permanecem hígdas pois fundadas em uma ideia e em uma prática de autoridade que, como nos fala Hannah Arendt<sup>1</sup>, não tem a ver com o poder coercitivo, a violência ou a persuasão. Onde quer que se faça uso da força para ser obedecido, a autoridade esvaneceu. Arendt recorre à tradição romana e sua noção de *auctoritas* que, derivada do verbo latino *augere/augeo*, significa aumentar, melhorar, fortalecer as fundações. Portanto, essas colunas que nos sustentam, o fazem com base em uma autoridade que se deflui do ensino, da pesquisa e da extensão que aqui se pratica com ousadia, com reflexão crítica, com técnica sofisticada e com engajamento social. Definitivamente, se o ensino, a pesquisa e a extensão não nos desalojarem de nossos lugares comuns, desafiando-nos com a promessa de algo melhor a ser compartilhado por todos, a universidade não tem qualquer sentido. Como disse o decano e ex-diretor da Faculdade de Direito de Yale, professor Guido Calabresi, excelência com decência e humanismo, criatividade, alteridade, respeito às diferenças e ativismo são condições necessárias para uma boa escola de direito.

Pois bem, sob essas colunas vimos experimentando nos últimos oito anos um novo projeto político-pedagógico, discutido e rediscutido à exaustão com a comunidade por ele afetada. Atualizamos e flexibilizamos o currículo, permitindo aos estudantes do curso a verticalização do estudo de temas específicos da sua área de pesquisa, através das chamadas disciplinas tópicas. O próprio processo de ensino e pesquisa a partir do novo currículo antecipa os avanços posteriormente confirmados pelos resultados hauridos. Em 2016 ficamos em segundo lugar, entre as escolas de direito de todo o Brasil, no exame da Ordem dos Advogados.

Mas nossos indicadores não se restringem ao sucesso obtido no exame da Ordem – se estendem às aprovações nos diversos concursos públicos, como também no ingresso nos programas de pós-graduação em direito. O que, no entanto, nos singulariza e nos diferencia da maioria das escolas privadas de direito é que a nossa formação técnica não renuncia à reflexão crítica e ao compromisso social. Temos a exata consciência do nosso pertencimento a uma sociedade de profundas desigualdades e injustiças e do quanto isso nos compromete no ensino, na pesquisa e na extensão jurídica.

O número de alunos de graduação que fazem iniciação científica aumentou significativamente nos últimos anos (chegamos a quase uma centena de projetos aprovados) e o grupo PET se consolidou entre os melhores do Brasil. Ainda, temos um programa de pós-graduação em

---

<sup>1</sup> ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

direito que, desde os anos 90, está entre os mais bem avaliados do País, e uma identidade crítica significativa na pesquisa em direito, nas suas diversas áreas, que nos distingue entre os programas de mestrado e doutorado aqui e no exterior.

Essa relação com a pesquisa jurídica internacional vem se institucionalizando entre nós, o que se reflete nas sete Escolas de Altos Estudos, financiadas pela Capes, aqui realizadas; nos alunos estrangeiros do Programa; nas publicações docente e discente em periódicos internacionais; como também no intenso intercâmbio de nossos professores e professoras, alunos e alunas por meio de doutorados sanduíche, pós-doutorados, estágios sênior, etc.

A Revista da Faculdade de Direito foi alçada, na última reclassificação feita pelo sistema Qualis da Capes, para o estrato A2, graças ao trabalho dedicado da sua equipe editorial: professor Egon Bockmann Moreira, professor Fabricio Tomio, doutorando Judá Leão Lobo e Eliseu Raphael Venturi e servidor Márcio Zuba.

Igualmente na extensão ousamos. A extensão nos faz exercitar o face a face (como diz Levinas<sup>2</sup>, é da face, da responsabilidade com o outro que a justiça aparece), como também nos faz reafirmar a nossa convicção sobre a sua essencialidade como ação transformadora. Na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o saber produzido pela pesquisa e reproduzido pelo ensino é repensado e renovado a partir da extensão. Importante mencionar algumas das nossas atividades de extensão, pois elas revelam o seu potencial transformador para o ensino e a pesquisa do direito:

- política migratória e universidade brasileira;
- políticas públicas e direitos humanos;
- igualdade de gênero: enfrentando a violência contra mulher;
- concretizando os direitos humanos LGBT;
- cidade em debate: território, conflitos e a questão metropolitana;
- direitos da população em situação de rua: concretizando a cidadania;
- promotoras legais populares: multiplicando cidadania e empoderando mulheres;
- centro de apoio ao pequeno empreendedor (da Faculdade de Direito da UFPR);
- o Direito e os direitos;
- educação democrática sobre o direito penal: construindo cidadania pela educação sobre os limites do poder de punir;
- orientação prática em contratos imobiliários;
- direitos humanos em disputa: participação em competições de direitos humanos;

<sup>2</sup> LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e infinito*. Tradução José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1980.

- inovação e Direito: propriedade intelectual e tecnologia digital;
- digitalização de acervos e democratização do patrimônio cultural da FCC;
- efetividade, trabalho, direitos humanos;
- Ekoa: direito ambiental para tod@s;
- direitos humanos e assessoria jurídica;
- privação da liberdade e acesso à justiça;
- direito internacional dos refugiados e o Brasil;
- REA Paraná & Gedai – democratização do conhecimento pelo meio digital;
- meio ambiente laboral: saúde e segurança do trabalhador;
- e, o mais longo, o Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular, o Sajup, do qual fui coordenadora por oito anos.

O Núcleo de Prática Jurídica internalizou o sentido da extensão proposto na reforma curricular e hoje todas as ações de ensino do núcleo se relacionam a projetos com a sociedade local, regional, nacional e internacional. O trabalho do Núcleo de Prática Jurídica tem sido totalmente inovador em sua metodologia de ensino e em sua intervenção social em favor dos que são socialmente vulneráveis, através das práticas jurídicas lá desenvolvidas. Pautado por demandas sensíveis aos direitos humanos, o núcleo é onde temos as nossas “clínicas”, com um quadro de oito professores permanentes (em breve, esperamos, serão nove), e autonomia institucional como nunca antes tivemos na Faculdade de Direito. Por meio de técnicas de ensino participativo, as atividades práticas do núcleo despertam o estudante para a importância de ser ele o protagonista do seu próprio aprendizado.

Relembro às senhoras e aos senhores de que ao falar do ensino, da pesquisa e da extensão neste espaço e tempo da faculdade de direito sigo falando de como reforçamos a nossa fundação e, assim, nos sentimos com autoridade e legitimidade para, neste sentido, exercitá-la. Recentemente, um lamentável editorial de um jornal de circulação nacional lançou ataque contra a universidade pública e se valeu do pior, senão do mais rasteiro argumento, de que ela atende antes às elites econômicas e não aos mais pobres. Ora, é fato que o acesso dos mais pobres à universidade é minoritário. As políticas públicas de cotas dos últimos dez anos melhoram muito este estado injusto de coisas – políticas estas que do ponto de vista da sua constitucionalidade não se discutem mais –, porém elas têm uma temporalidade.

Contudo, acabar com a gratuidade do ensino público não produz necessariamente mais igualdade, mais inclusão ou mais justiça, como também não soluciona o problema do déficit fiscal. Segundo dados do Ipea, *o fato de o ensino público ser elitizado não significa que o sistema privado*

*de ensino superior seja mais popular. Tais dados demonstram que os estudantes das universidades públicas são inclusive ligeiramente, em média, mais pobres que os estudantes das privadas. Os estudantes que pertencem aos 20% mais ricos da população brasileira correspondem a 36% dos estudantes do ensino superior público e 40% do ensino superior privado. Já os estudantes que fazem parte dos 20% mais pobres da população brasileira representam 7% dos estudantes do ensino superior público e apenas 3,4% do ensino superior privado. Ou seja, os “mais pobres” estão nas universidades públicas no dobro da proporção verificada nas privadas<sup>3</sup>.*

Pois bem, em nossa tarefa cotidiana de reforçar as nossas fundações na formação de profissionais do direito tecnicamente sofisticados, transformadores e ao mesmo tempo eruditos, entendemos que, para além das turmas regulares dos nossos cursos diurno e noturno, seria importante – e também desafiador – para a vocação crítica da Faculdade de Direito termos uma turma formada por assentados da reforma agrária e quilombolas. Daí surge a experiência da turma do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), o qual foi criado em 1998 e incorporado ao Incra em 2001. Essa turma, que está no seu segundo ano, nos dá a certeza de que com coragem, sensibilidade, delicadeza e algum experimentalismo – como disse no início – podemos redesenhar as nossas instituições de forma a torná-las melhor. Sejam as turmas regulares do curso diurno ou noturno, seja a turma do Pronera, creiam que a direção da Faculdade de Direito não medirá esforços – como não tem medido – para que se tenha a melhor, a mais inovadora e transformadora formação jurídica. Da mesma maneira, espero de vocês, alunos e alunas desta casa, o esforço e a dedicação recíprocos de quem dá o melhor; afinal, o tempo de vocês aqui na Faculdade de Direito deve ser vivido como o melhor tempo das suas vidas: tempo de sonhar, tempo de arriscar, tempo de aprender, tempo de estudar muito, mas muito mesmo, tempo de transformar.

O dia de hoje antecipa o futuro. Quando decidi me candidatar à direção da Faculdade de Direito recorri a Clarice Lispector, à *Hora da Estrela*<sup>4</sup> – mais especificamente, ao narrador da história, Rodrigo, quando ele indaga: — *Como começar pelo início, se as coisas acontecem antes de acontecer?* Esse ato de posse é um ato de promessas que faço diante dos que aqui estão. Ao fazê-las ou antecipá-las, o agora imediatamente se modifica e desde já algo acontece. Assim foi desde o longínquo 1982, mais precisamente 1983, na sala do terceiro andar onde hoje está a secretaria do Programa de Pós-Graduação em Direito. Ali aconteceu o encontro, o enfrentamento, eu e a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, e de lá para cá, eu na Faculdade ou a Faculdade em

<sup>3</sup> WYLLYS, Jean. As cinco mentiras do Globo sobre a universidade pública. *Carta Capital*, Sociedade, Opinião, 26/07/2016. Disponível em: <<https://goo.gl/PqHyk1>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

<sup>4</sup> LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

mim. De fato, as coisas acontecem antes de acontecer: o caminho, a travessia, a direção e, nela, pela primeira vez, uma mulher.

Como nos diz Judith Butler<sup>5</sup>, o gênero não é um problema do campo da sexualidade, mas sim um problema político, na medida em que a questão de gênero deve colocar em cheque a própria lógica da sua identidade. Volto a Clarice, à *Hora da Estrela* e a Macabéa. Clarice, que também estudou direito, cansada das fáceis compensações de beleza e estilo da literatura, *se despoja de todos os atributos e despoja também a sua protagonista, Macabéa. Em estado de emergência, essas duas mulheres, Clarice e Macabéa, se encontram*<sup>6</sup>. Nesse limiar estado de emergência da questão feminina, mais do que nunca ela se coloca na e para a Faculdade de Direito, e na e para a Universidade Federal do Paraná. A discussão sobre a questão feminina aqui no Direito é intensa e presente nas várias áreas do saber jurídico. Não só essa, mas tantas outras questões nos tem conectado com outras áreas do saber, propiciando um diálogo acadêmico público e robusto e, assim, interdisciplinar. Como disse o professor Ricardo Marcelo na oportunidade da sua posse em 2012, *o Direito acredita firmemente no diálogo acadêmico com outras áreas e no diálogo respeitoso no plano político institucional*.

Tenho consciência da complexidade das tarefas nos próximos quatro anos, das demandas (as velhas e as novas), dos desafios relacionados ao momento crítico da nossa República, da nossa Federação e da nossa democracia. Não por acaso, crise e crítica têm na sua origem a palavra grega *krinein*, que significa tanto distinguir, separar, quanto julgar, decidir. Ser crítico é internalizar o sentido de crise não só teórica, mas praticamente, e, assim, a democracia deve ser enfrentada como algo que se constitui na e com a crise e empreende um permanente julgar ou decidir ou discernir. Da mesma maneira, tenho consciência de que a Faculdade de Direito da UFPR que irei dirigir está em sua melhor fase, o que aumenta consideravelmente a minha responsabilidade. Mas como disse no início, dirigir não é tarefa exclusiva de um/uma, mas compartilhada. Nos anos em que estive na vice-direção do Setor junto ao professor Ricardo Marcelo Fonseca, foi esse o melhor dos aprendizados: do trabalho em equipe, leal, solidário, comprometido institucionalmente e responsável socialmente. Tenho certeza que assim será com a professora Maria Cândida e com os Coordenadores dos Programas de Graduação e Pós-Graduação, Chefes de Departamento, Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica, Servidores e Servidoras técnico-administrativos(as) e os Estudantes.

Desejo ainda que nos próximos anos possamos expandir nosso espaço físico aqui no Prédio Central e seguir administrando-o de modo plural e eficiente.

Pois bem, nesta experiência de tempo e espaço, é chegada a hora de agradecer: inicialmente

<sup>5</sup> BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 2010.

<sup>6</sup> GOTLIB, Nádía Battella. *Clarice: uma vida que se conta*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

a todos que confiaram o seu voto a mim. Mesmo não tendo havido disputa, tal fato intensifica a minha responsabilidade e da equipe que conduzirá a Faculdade nos próximos quatro anos. Agradeço aos que nesses oito anos de gestão do professor Ricardo Marcelo Fonseca com ela colaboraram, não medindo esforços, construindo diferenças e reforçando as nossas fundações: Coordenadores e Vice-Coordenadores do Curso de Pós-Graduação e Graduação, Chefes de Departamento e seus suplentes, Coordenadores do Núcleo de Prática Jurídica, da Pesquisa e Extensão, do Núcleo de Monografia, representantes do Setor junto aos órgãos colegiados da Universidade – CEPE e COUN –, como também os representantes do Setor nos demais órgãos e instâncias da UFPR; aos servidores e servidoras técnico-administrativos(as) e aos representantes discentes.

Ao Ricardo Marcelo Fonseca, profunda e sinceramente agradeço. O trabalho que realizamos juntos, ele na direção e eu na vice, foi pedagógico e desafiador e dele trago, antes de mais nada, o respeito, a consideração, a solidariedade e a lealdade que se deve ter quando se crê no trabalho em equipe. Não sem a dialética das ideias e das práticas, não sem o diálogo intenso e cotidiano, não sem divergências construtivas, mas com o brilho nos olhos que nunca se esvaneceu, nem mesmo quando em Curitiba fazia frio e cedo escurecia na Praça Santos Andrade. Ao Ricardo, também, agradeço a confiança e a oportunidade e fico com o exemplo de quem concilia excelência acadêmica e eficiência de gestão. Espero que a nossa parceria siga nos próximos quatro anos, na travessia da Praça Santos Andrade ao Prédio da Reitoria.

À professora Maria Cândida, cuja dedicação à Faculdade, desde a coordenação do Núcleo de Prática Jurídica, passando pela coordenação do curso de Direito e, agora, a vice-direção, tem sido extrema e competente.

Também ao Luís Fernando, coordenador do Programa de Pós-Graduação, à Clara, no período em que esteve na vice-coordenação, e à Ana Carla, que dela agora está à frente, agradeço.

Uma palavra mais aos alunos e alunas, especialmente aos meus orientandos, passados e presentes, oficiais e por afinidades, pelo auxílio luxuoso em diversos momentos destes últimos anos.

Aos colegas professores e professoras quero agradecer e, ao mesmo tempo, conclamá-los para que sigamos juntos na missão de manter a excelência haurida, superar as dificuldades que eventualmente ocorram e fazer, do igual respeito e consideração, a matéria-prima das nossas convergências e divergências para bem da Faculdade de Direito.

Agradeço de forma especial e carinhosa a oportunidade do diálogo público e robusto com os interlocutores do Núcleo de Constitucionalismo e Democracia do PPGD da UFPR. O ano de pesquisadora visitante na Faculdade de Direito de Yale me mostrou que, como lá, estamos na vanguarda da reflexão sobre o direito constitucional, mérito desse incrível e dedicado grupo de

pesquisadores.

Agradeço aos amigos em toda sua diversidade: espacial, temporal, cultural. Como a hospitalidade, a amizade para valer deve ser incondicional.

Aos “Karams” e aos “Chueiris”: não fosse o carinho de vocês, a mesa farta e os tons que colorem a nossa rotina e musicam os nossos ouvidos, a vida seria muito dura. Em especial à Silvia, à Eliane, à Fernanda e ao Felipe, à Vanessa e ao Edson e, claro, à Bela e ao Pedro. Vida em movimento, vida que se renova.

Quando concluí o curso de direito em 1987, recebi o grau do reitor, professor Riad Salamuni. Que o seu exemplo me sirva de guia nos próximos quatro anos.

Muito obrigada.